

Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais

PRIMEIRO REQUISITO: Coordenador e Corpo Docente devem ter formação na área

A primeira questão a ser destacada é o fato de que Relações Internacionais passou a constituir área distinta de estudo apenas recentemente. Iniciou-se na Europa e Estados Unidos nos anos do entre-guerras, com o estabelecimento das primeiras cadeiras de Relações Internacionais motivadas pela preocupação de melhor compreender a grande tragédia humana que havia sido Primeira Guerra Mundial. No Brasil, a Universidade de Brasília foi pioneira na institucionalização do estudo das Relações Internacionais ao criar o primeiro Bacharelado no País, em 1974, valendo-se da privilegiada posição geográfica da instituição, que permitia contar com acervos de bibliotecas públicas (Itamaraty, Congresso, embaixadas, etc.) e com a colaboração de diplomatas que, em alguns casos, mesmo não possuindo titulação acadêmica formal (mestrado ou doutorado) dominavam o conhecimento na área por dever de ofício. Em geral, as propostas de criação de cursos de Relações Internacionais não apenas desconhecem essa história mas também desconhecem o fato de que *Relações Internacionais constitui área distinta de estudo*.

O entendimento de que um conjunto determinado de conhecimentos constitui uma área distinta de estudo é, na verdade, o fato básico que justifica a criação de cursos de graduação e pós-graduação específicos para essa área. É óbvio que, do mesmo modo que em outros domínios, o estudo das Relações Internacionais exige o conhecimento de conceitos desenvolvidos e utilizados em outras disciplinas como História, Política, Economia e Direito. Esse fato, contudo, não faz do estudo das Relações Internacionais uma “colcha de retalhos” de noções e práticas definidas como “internacionais” no âmbito de uma variada gama de áreas do conhecimento.

Essas considerações, aparentemente óbvias, tornam-se necessárias uma vez que a análise dos pedidos de autorização de funcionamento de cursos de Relações Internacionais deixa transparecer a percepção dos proponentes de que a área em questão não possui qualquer especificidade epistemológica. Em geral, tanto o coordenador indicado para o curso quanto o corpo docente previstos nas propostas não possuem formação e experiência acadêmica na área de Relações Internacionais. Eis porque o primeiro requisito para autorizar o funcionamento de um curso deve ser a comprovação de que o coordenador do curso, bem como os docentes previstos para ministrar as disciplinas específicas para a área de Relações Internacionais, possui formação no campo de estudo das Relações Internacionais. Seria possível imaginar um Curso de Economia onde o corpo docente fosse composto apenas por advogados, sociólogos e historiadores?

SEGUNDO REQUISITO: a qualificação docente

Este é, para qualquer atividade de ensino, um requisito básico. Para um curso que se inicia, um corpo docente qualificado, com significativa experiência docente, representa o primeiro indicador do potencial que esse curso possui em termos de sua consolidação definitiva. O padrão adotado para a avaliação desse item é composto pela titulação formal (pós-graduação em nível de mestrado e doutorado) e pelas atividades acadêmicas desenvolvidas. Sabe-se que, nem sempre, a titulação formal reflete a qualidade e o potencial docente, entretanto, considerando-se que a análise deve ser feita sobre o corpo docente como um todo, a proporção de professores formalmente titulados pode ser entendido perfeitamente como um critério objetivo de avaliação de qualidade. Um corpo docente de boa qualidade deve ter 1/3 ou mais de seus professores com nível de doutor e aqueles que não possuam mestrado tenham, pelo menos, curso de especialização. Por outro lado, outras atividades acadêmicas realizadas pelos docentes (livros e artigos publicados, cursos ministrados, cargos e funções acadêmicas desempenhadas, etc.) podem compensar, mas apenas em parte e individualmente, a ausência da titulação formal: num corpo docente composto por dez professores não há razão para que mais de três professores não possuam titulação formal (pelo menos o grau de mestre) e cuja inclusão nesse corpo docente tenha que ser justificada por outras atividades acadêmicas.

Na análise deste item serão considerados especialmente:

- o nível da titulação formal obtida
- a instituição onde essa titulação foi obtida
- disciplinas ministradas em cursos universitários regulares
- a produção acadêmica:
 - . livros e artigos publicados
 - . cursos ministrados e atividades de extensão universitária
 - . participação em eventos com apresentação de trabalho
- participação em atividades de pesquisa com apoio institucional
- atividades de administração acadêmica

Na avaliação dos itens acima, incluindo-se a obtenção de titulação formal, a pertinência da atividade realizada para o campo do estudo das Relações Internacionais e a reputação da entidade em que a atividade foi realizada constituirão elementos de extrema importância.

TERCEIRO REQUISITO: o projeto acadêmico-pedagógico

A estrutura do curso deve contemplar o ensino de: 1) disciplinas específicas das Relações Internacionais; 2) disciplinas auxiliares e correlatas; e 3) disciplinas optativas

que podem ser orientadas profissionalmente. No conjunto, recomenda-se 8 (oito) semestres como duração total do curso (em torno de 2.400 horas/aula).

a) As disciplinas específicas são aquelas que caracterizam o curso como Relações Internacionais uma vez que é através delas que os conceitos e as categorias empregadas nesse campo de estudo são ministradas. Essas disciplinas incluem:

1 - Disciplina introdutória que procure caracterizar noções fundamentais empregados no estudo das Relações Internacionais

2 - Disciplinas voltadas para o ensino das principais correntes teóricas no estudo das Relações Internacionais. Essas disciplinas devem incluir a aplicação desses conhecimentos na análise da política internacional.

3 - Disciplinas de história e análise da política externa brasileira

4 - Disciplinas de História das Relações Internacionais

5 - Disciplinas de análise das instituições políticas e econômicas internacionais

(este conjunto deve perfazer um mínimo de 480 horas/aula)

b) As disciplinas de suporte e diretamente correlatas devem tratar de matérias de formação básica e das áreas no âmbito das quais os fenômenos internacionais se manifestam. Essas disciplinas, de caráter obrigatório, devem incluir:

1 - Disciplina introdutória de Ciência Política apresentando os conceitos fundamentais da área

2 - Disciplinas introdutórias de Economia, Direito e Sociologia (ou Filosofia)

3 - Teoria Política (do século XVI aos nossos dias)

4 - Metodologia aplicada à Ciência Política e Relações Internacionais

5 - Estatística e métodos quantitativos

6 - Disciplinas de Relações Econômicas Internacionais a partir dos enfoques oferecidos pelas modernas abordagens da economia política internacional e não nas visões estritamente econômicas

7 - Economia Brasileira

8 - Disciplinas de Direito Internacional

9 - Prática de idiomas (Português, Inglês e outros)

(este conjunto de disciplinas deve perfazer cerca de 1.200 horas/aula)

c) As disciplinas voltadas para a orientação profissional podem variar de acordo com os diferentes cursos individualmente, dependendo das disponibilidades regionais e locais podendo incluir: cooperação internacional, prática de negociação, integração regional, estudos regionais e estudos de temas específicos sobre o meio internacional, entre outros. Estágios profissionalizantes devem ser relacionados com a área internacional e curricularmente não devem ser contabilizados mais do que 12 créditos (equivalente a 180 horas/aula).

O curso deve incluir a redação de monografia de final de curso orientada por professor da unidade. A monografia deve ser avaliada por banca examinadora constituída especificamente para esse fim.

As propostas de criação de curso devem incluir as ementas, os programas e a bibliografia das disciplinas que comporão o curso.

QUARTO REQUISITO: as instalações e outros recursos de infraestrutura

Além das instalações básicas de salas de aula e demais facilidades (espaço de circulação, recursos de informática, instalações administrativas, copiadoras e outros equipamentos de suporte, sanitários, etc.) considerados pedagogicamente adequadas às dimensões das turmas previstas, são considerados itens de grande importância:

1 – biblioteca com tamanho e recursos em condições de atender o corpo docente e discente em suas atividades regulares;

2 – acervo que contenha obras consideradas centrais para o curso, compatíveis com a bibliografia prevista nos programas das disciplinas;

3 – periódicos nacionais e estrangeiros, especializados em Relações Internacionais e Ciência Política

4 – recursos informatizados para o acesso e uso de material bibliográfico

5 – plano de expansão